

Lideranças encontram saída

21/7/88, QUINTA-FEIRA • 3

ANC 88
 Pasta 21 a 27
 Julho/87
 008

para facilitar a votação

Carmen Kozak

Depois de mais de uma hora de reunião com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, as lideranças partidárias definiram as normas para a votação de segundo turno. Para evitar o esvaziamento do plenário com as campanhas municipais, eles decidiram que o ritmo das sessões terá que ser acelerado. Estão previstas votações de segunda a quinta-feira, à tarde e à noite. De sexta a domingo os constituintes deverão tentar chegar a acordos e analisar as emendas a serem votadas. Segundo o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos, se o calendário for cumprido os trabalhos "poderão ser concluídos em, no máximo, trinta dias".

Para evitar votações desnecessárias, as lideranças decidiram também que o projeto aprovado em primeiro turno será votado integralmente — ressaltados os destaques — e não título por título como vinha sendo feito até então. Feita

Josemar Gonçalves



Fiúza e Ponte buscam apoio

Centrão indica os seus negociadores

Os deputados José Lins, Luiz Roberto Ponte e Ricardo Fiúza serão os negociadores do Centrão durante as reuniões com as demais lideranças para os entendimentos em torno da votação, em segundo turno, do projeto de Constituição. Ontem, o Centrão se reuniu para fazer um balanço dos destaques que serão apresentados pelo grupo, que chegarão a um número de 70 a 80, segundo avaliação de José Lins.

Segundo ainda José Lins, não há propriamente uma estratégia para a votação do segundo turno, a não ser a mobilização para a presença em plenário, tendo em vista a dificuldade de quorum. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) disse que os acordos serão tentados, mas, caso se mostrem impossíveis, serão eleitas "prioridades" para a votação em plenário, que exigirão um maior trabalho de mobilização.

A exemplo de todas as facções que atuam na Constituinte, o Centrão procura limitar o número de matérias nas quais concentrará atenção, na tentativa de viabilizar a aprovação dos destaques. De uma lista inicial de mais de 20 assuntos "prioritários", o deputado José Lins acredita que resultarão em torno de 15 pontos, no máximo, em que haverá mais esforço na votação.

Governo não aceita adiar Constituição

O ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, assegurou ontem que o Governo não tem nenhuma intenção de adiar a promulgação da nova Constituição. A declaração do ministro é uma resposta ao líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que propõe o adiamento das votações do segundo turno da Constituinte até a realização das eleições municipais de 15 de novembro deste ano.

"A opção do Governo é pela normalidade dos trabalhos da Constituinte. Ela tem um regimento interno e o Palácio do Planalto não interfere no andamento dos seus trabalhos", sustentou Costa Couto.

Já o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique, lembrou que o deputado José Lourenço é líder do PFL e não do Governo, e é nestas condições que devem ser entendidas as suas declarações.

"O Governo entende que neste momento, em que o País vive uma situação de estabilidade institucional, não cabe na cabeça de ninguém uma proposta desta natureza".

essa primeira apreciação, o plenário passará a votação dos destaques obedecendo à ordem crescente dos artigos. Quando não existir emenda a um artigo, ele estará automaticamente aprovado não sendo necessária consulta ao plenário.

Critérios

As lideranças decidiram, também, o critério de preferência das emendas supressivas. A ordem a ser obedecida é decrescente, ou seja, será colocada primeiro em votação a proposta que sugerir supressão total e, em seguida, as que promoverem menores modificações no texto. Caso a supressão total seja acolhida pelo plenário todas as outras estarão automaticamente prejudicadas. Mas se ela for rejeitada todas as parciais terão de ser apreciadas.

Para poupar tempo, as lideranças partidárias aceitaram a proposta do deputado Ulysses Guimarães que prevê a votação simbólica das emendas de erro e omissão, desde que elas não entrem no mérito do texto constitucional. A votação

simbólica, que acabou sendo uma característica do deputado Ulysses Guimarães, consiste em uma consulta informal ao plenário (sem o painel) para saber se existe alguém contra a proposta. Como nesse caso só serão feitas correções de português dificilmente deverá existir oposição.

Reapresentação

Na parte da tarde, foi realizada uma segunda rodada de discussões entre os líderes e o deputado Ulysses Guimarães. Segundo o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), ficou definido que o parlamentar que conseguiu aprovar uma emenda no primeiro turno e acha que o texto foi alterado com a nova redação dada pelo relator Bernardo Cabral, poderá apresentar proposta para restabelecer o texto anterior. A matéria será votada simbolicamente e não pelo painel eletrônico. O presidente Ulysses Guimarães anunciará a votação e dirá: "Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão".

PT rejeita texto do 1º turno

O Partido dos Trabalhadores decidiu ontem, durante reunião da executiva nacional, que a bancada irá votar "não" ao texto global do projeto de Constituição aprovado em primeiro turno, sem prejuízo da apreciação das emendas supressivas. O deputado Olívio Dutra, presidente nacional do PT, adiantou que, na hipótese da coligação Centrão/Planalto retirarem do texto final os pequenos avanços sociais, como direito de greve, jornada de seis horas e licença maternidade de 120 dias, o partido irá deflagrar um movimento nacional a favor de um boicote de assinaturas de parlamentares à nova Carta.

Olívio Dutra explicou que o partido, com sua decisão de votar contrário ao parecer do relator Bernardo Cabral, procura um caminho "para protestar contra a inclusão de pequenas conquistas da classe trabalhadora", porém alerta que esta medida não deve ser seguida pelos demais partidos, caso contrário, "a Constituinte seria zerada e tudo teria que acontecer novamente do início". O PT, respaldado pela CUT, pretende promover a distribuição de tablóide e jornais em todo o País contendo uma avaliação detalhada do primeiro turno de votações. Segundo o presidente da CUT, Jair Meneghelli, a entidade e o PT já estão com uma campanha pronta: "Quem suprimir nossas

conquistas terá seu próximo mandato suprimido".

Intocáveis

O líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, garantiu que o partido pretende insistir na tese de que são "intocáveis" os dispositivos aprovados em primeiro turno resultantes de acordo de lideranças. "Mudar agora, um artigo que recebeu mais de 350 votos favoráveis, é depor contra a própria Assembléia", sustentou Lula. Entre estes pontos está o direito de greve e a aposentadoria, ao contrário das polêmicas questões da estabilidade, estrutura sindical, reforma agrária e papel das Forças Armadas, que novamente deverão ser decididas somente pelo voto em plenário.

A executiva nacional do PT, reunida ontem em Brasília, reconheceu que dificilmente um dispositivo será extraído do texto final sem que um acordo de líderes seja fechado. No entanto, já prepara um esquema de mobilização das centrais sindicais e populares visando pressionarem os constituintes para a manutenção no texto das conquistas dos trabalhadores. "Se o Centrão vier com um rolo compressor e suprimir os pequenos avanços, não será preciso promulgar a Constituição, porque o povo não a seguirá ou respeitará", disse Meneghelli.

Deputado rebate as críticas

Bem-humorado, o deputado Ulysses Guimarães rebateu ontem às críticas que o deputado José Lourenço, líder do PFL, vem fazendo ao PMDB pela utilização eleitoral que seus parlamentares fazem o projeto da nova Constituição.

"Ele diz que sou coruja, que sou pai e mãe da constituição. Eu só tenho receio que ele entre para o futuro e para a História como a so-

gra da Constituinte. E uma sogra impliante".

De acordo com Ulysses, se o PMDB pode se beneficiar do projeto da Constituição é porque o partido tem a maioria dos parlamentares. "Um texto contra as injustiças sociais, sem dúvida nenhuma, vai reverter em benefício do partido", disse.

Esquerda sai na frente

Às 9h00 da manhã de ontem o deputado José Genoíno (PT-SP), ao passar em frente à sala onde funciona o serviço de protocolo que recebe as emendas e destaques dos constituintes, tomou um susto. Na porta, dois assessores do PMDB e PSDB formavam uma pequena fila.

"O que é que vocês estão fazendo aí? O prazo para entregar os destaques só começa amanhã (hoje) de manhã" — gozou Genoíno.

"Estamos garantindo o primeiro lugar na fila" — respondeu o assessor do PMDB, que estava substituindo um colega que, às 4h00 da madrugada, inaugurou o plantão na porta da sala.

Madrugando no serviço de protocolo, a liderança do PMDB garantiu o direito de suas emendas serem votadas em primeiro lugar, em 99 dispositivos, que é o número de destaques que o partido vai apresentar. No primeiro turno, a preferência para votação de destaques era dada ao pedido que viesse apoiado pelo maior número de assinaturas de constituintes. No segundo

turno, porém, não há mais esse tipo de preferências. As emendas serão votadas, artigo por artigo, conforme o número que tiverem recebido no protocolo. Quem chegou antes leva vantagem.

Diante da explicação, Genoíno não perdeu tempo: alertou o PT, que imediatamente ocupou o terceiro lugar na fila, e os demais partidos de esquerda. À tarde, o quadro-negro da sala do protocolo apontava um predomínio total da esquerda na ordem de chegada para apresentação dos destaques, com o PCB em quarto lugar, o PDT em quinto, o PC do B em sexto e o PSB em sétimo. Nenhum partido conservador havia mandado representantes para a fila.

Dois lobistas, elegantemente vestidos, ao verem o quadro-negro dominado pelos partidos de esquerda, não esconderam sua irritação. Um deles comentou para o outro: "Prá variar, a esquerda trabalhou melhor e chegou na frente. O nosso pessoal, mais uma vez, dormiu no ponto".